

REFUNCIONALIZAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM DE OURO PRETO/MG

Victor Lacerda da Cunha¹
Altino Barbosa Caldeira²

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2017v24n34p180

Resumo

O processo de refuncionalização do patrimônio cultural, com base na ideologia do capital global, materializa novas territorialidades nos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos tombados, a partir de estratégias de intervenção e produção do espaço urbano. O estudo em questão tem por objetivo desenvolver uma pesquisa sobre o processo de refuncionalização ocorrido em Ouro Preto/MG, a partir da elevação da cidade à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em especial quanto às atividades turísticas e comerciais no centro histórico da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Refuncionalização. Atividade Turística.

1. Geógrafo e Mestre em Geografia pela PUC-Minas, Professor do Colégio Santo Agostinho e Coordenador pedagógico do COOPVEST. Email: victorgeo@hotmail.com

2. Arquiteto pela UFMG, Doutor pela Universidade de Sheffield/Inglaterra, professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de pós-graduação em Geografia da PUC Minas. Email: altinocaldeira@gmail.com

**REFUNCTIONALIZATION: TRANSFORMATIONS
IN LANDSCAPE OF OURO PRETO/ MG**

Abstract

The refunctionalization process in cultural heritage areas, based on ideology of the global capital, materializes new territorialities in the architectural and urbanistic sets, starting from strategies of intervention and production of urban space. The present study aims to develop research about the refunctionalization process occurred in Ouro Preto/MG/Brazil since the city was considered as Cultural Heritage of Humanity by UNESCO, particularly related the touristic and shopping activities in the historic city center.

Keywords: Cultural Heritage. Refunctionalization. Touristic activity.

REFUNCIONALIZACIÓN: CAMBIOS EN EL PAISAJE DE OURO PRETO / MG

Resumen

El proceso de refuncionalización del patrimonio cultural, basado en la ideología del capital global, incorpora nuevas territorialidades en los conjuntos arquitectónicos y urbanísticos protegidos, con estrategias de intervención y producción del espacio urbano. El presente estudio tiene como objetivo desarrollar la investigación en el proceso de refuncionalización que tuvo lugar en Ouro Preto/MG/Brasil desde la elevación de la ciudad a la categoría de Patrimonio Cultural de la Humanidad por la UNESCO, especialmente en las actividades turísticas y comerciales en el centro histórico.

Palabras-claves: Patrimonio cultural. Refuncionalización. La actividad turística.

Introdução

Os projetos de Arquitetura propostos para as cidades do mundo contemporâneo apresentam *design* arrojado, com emprego de novas tecnologias, seguindo as tendências de interesse de um mercado cada vez mais globalizado. No campo do urbanismo, metrópoles de todo o mundo apresentaram, nas últimas décadas, grandes reformas estruturais, o que muitos urbanistas preferem chamar de “requalificação urbana”. Essas alterações no espaço urbano já construído, embora tragam um período longo de transtornos, são imprescindíveis para o desenvolvimento de novas estratégias e atratividade para o comércio e o turismo urbano.

O capital em pessoa é hoje o grande produtor dos novos espaços urbanos, por ele inteiramente requalificados. Dessa forma, o espaço público e a fisionomia das cidades têm sido determinados ou ditados, em grande parte, por estratégias empresariais, que contam com o apoio e o aval estatais (ARANTES, 2000, p. 226).

No Brasil, eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas levam as principais cidades a se reestruturarem urbanisticamente, criando novas estruturas que permitem o acesso a um grande número de turistas, facilitando a mobilidade urbana e deixando um legado para a população local. Recentemente, essas alterações não só permearam os grandes centros urbanos, como também passaram a fazer

parte de importantes intervenções em cidades de pequeno e médio porte. Nesse caso, as modificações espaciais são, na maioria das vezes, relacionadas às atividades turísticas, o que condiciona essas cidades a um modelo de organização diferenciado das grandes metrópoles.

Entretanto, as cidades turísticas de pequeno e médio porte que apresentam como principal atrativo o seu patrimônio histórico, geralmente se configuram com uma barreira limitadora às intervenções espaciais propostas pelo capital. Os bens tombados, especialmente os imóveis, não podem sofrer nenhuma alteração estrutural ou de fachada, levando o mercado a atuar de uma forma diferenciada nessas áreas, evitando modificações em sua forma e estrutura, porém, agregando-lhes novas funções. Daí o conceito de refuncionalização, caracterizado pela preservação das estruturas já construídas e permissão apenas da alteração funcional desses bens (RABHA, 1985).

Neste artigo se propõe a investigar o processo de refuncionalização ocorrido na cidade histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais. Símbolo do apogeu do Ciclo do Ouro, no Brasil Colônia, a antiga sede do governo mineiro foi marcada pela soberania política da Coroa Portuguesa e pela influência constante da Igreja Católica. A escolha de Ouro Preto como objeto de estudo se deve ao fato de a cidade ser um dos principais complexos arquitetônicos, urbanísticos e artísticos preservados no Brasil, possuindo grande rele-

vância turística, intensificada pelo interesse do capital nas últimas décadas.

Por outro lado, considera-se a necessidade de se demonstrar, por intermédio de uma perspectiva geográfica e cultural, os novos usos que vêm sendo atribuídos ao patrimônio arquitetônico em Ouro Preto. Para isso, levam-se em conta as alterações no uso original das edificações e as transformações que impactam sobre a autenticidade do sítio histórico, permeado por essas novas funções. Nesse sentido, carece de serem analisados os projetos de valorização cultural e de refuncionalização do patrimônio, desenvolvidos a partir dos interesses turísticos.

Assim, diante das novas características impostas pelo capital, as cidades históricas, como Ouro Preto, adaptam-se a uma nova lógica de uso e de funcionamento de seu patrimônio tombado. O crescimento da atividade turística impõe novas organizações sobre o espaço geográfico e o comércio torna-se cada vez mais dinâmico, principalmente nas áreas mais centralizadas da cidade. É, pois, necessário delimitar as parcelas do território onde a atividade comercial é mais atuante, analisando-se o grau de refuncionalização que marca novas territorialidades sobre antigas estruturas urbanas, permitindo novas percepções sobre o território, a partir da dimensão social, material e simbólica da antiga Vila Rica.

Ouro Preto: A geografia, a história e o processo de ocupação

Ouro Preto é hoje um dos principais ícones urbanos remanescentes do período colonial brasileiro, guardando importantes referências à nossa história, cuja expressão mais visível encontra-se refletida em seu conjunto arquitetônico, como representação material dos modos de viver daquele período. Comportando, atualmente, mais de 70 mil habitantes, o município está localizado na zona metalúrgica de Minas Gerais, conhecida como Quadrilátero Ferrífero, e faz divisa com mais nove municípios, estando situado a cerca de 100 km de Belo Horizonte. O município de Ouro Preto é cortado pela BR-356, que faz a conexão da sede municipal com a capital mineira. Destaca-se, também, a presença da Ferrovia Centro-Atlântica, que é importante no escoamento do minério extraído na região, até o litoral brasileiro, conforme mostra a Figura 1.

O município de Ouro Preto encontra-se sobre a cadeia montanhosa da Serra do Espinhaço, encaixada em um grande vale localizado entre a Serra de Ouro Preto, ao norte, e a Serra do Itacolomy, ao sul. Na morfologia urbana destacam-se elevações com mais de 1150m de altitude, configurando um relevo muito acidentado e de declives muito íngremes, o que conduziu a uma ocupação, tanto dos vales como das vertentes que os delimitam.

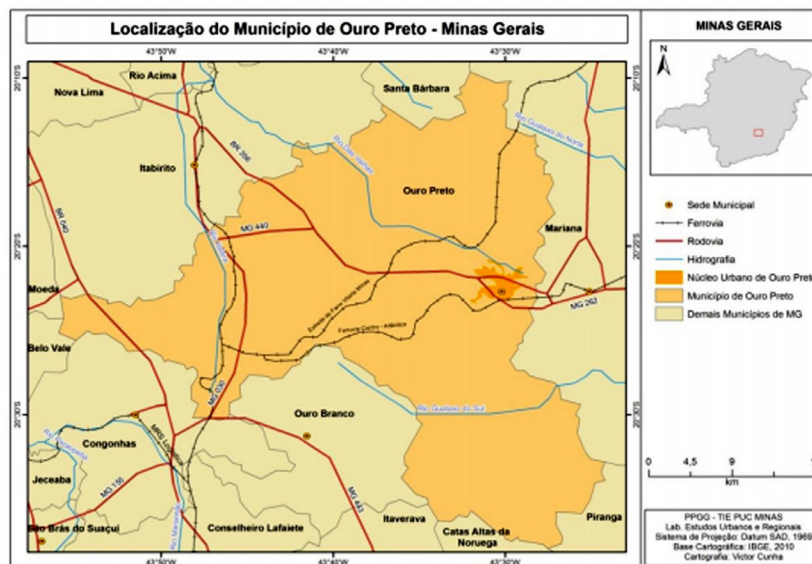


Figura 1 - Localização do Município de Ouro Preto/MG. Fonte: Cartografia Victor Cunha.

A região foi ocupada pelos bandeirantes paulistas ao final do século XVII, quando a Coroa Portuguesa estimulou a busca por metais preciosos. Lançando-se na densa Mata Atlântica, os bandeirantes atravessaram a Serra do Mar e enfrentaram as aguerridas tribos indígenas, sendo responsáveis pelos primeiros fluxos de interiorização e pela descoberta do ouro na região do Itacolomy.

Investindo contra a Serra do Mar, vencendo a Mantiqueira que parecia sem fim, o paulista atingia os campos altos das nascentes do Paraopeba, rompia sempre nova morraria, atingia o Guaicuí, ou rio das Velhas, que já sabia afluente do São Francisco, subia a descia, para,

afinal, retroceder à região de Ouro Preto (SALES, 1965, p.24).

A descoberta do ouro negro despertou o interesse de muitos colonos do litoral e um aumento expressivo de novos portugueses no Brasil. O forte deslocamento demográfico para as Minas Gerais proporcionou uma intensa ocupação das áreas mineradoras, situadas às margens dos ribeirões,



Figura 2 - Vista Parcial da Cidade de Ouro Preto. Fonte: Luiz Fontana, 1946.

das encostas e dos sopés das serras. A região mineradora possibilitou a formação da primeira sociedade eminentemente urbana no período colonial. A urbanização, diferentemente do resto do país, se deu a partir de um espaço de produção, em que o *locus* da produção e do poder quase se

confundiam (MONTE-MOR, 2001).

A Figura 2, registrada na década de 1940, configura bem o modelo de assentamento ocorrido em Ouro Preto. No centro da fotografia, é possível observar a ocupação do sopé da serra, justamente por oferecer menor grau de declividade e apresentar porções mais suaves. Essas condições permitiram que grandes edificações, como as igrejas e edifícios públicos, ganhassem destaque na paisagem, desde que foram assentados em platôs criados em elevações. Na lateral esquerda da fotografia, é possível identificar a Igreja de São Francisco de Paula, situada em um platô na porção intermediária da encosta.

No centro da fotografia, mais próximo do observador, vê-se a fachada posterior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, acima dela, a lateral da Igreja de São José e, mais acima, a fachada frontal da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, todas elas construídas em pedra e cal com interiores ricos em imaginária e pinturas parietais.

Historicamente, os traçados das ruas foram sendo definidos de acordo com a topografia do terreno, conectando as áreas de extração do minério às praças, largos e igrejas. Essa distribuição espacial, formada pelas edificações e pelo conjunto de vias, cumpriu um importante papel na estrutura da cidade, onde a maior dificuldade em termos de acessibilidade era o próprio relevo. Ao acompanhar as curvas de nível do sítio e apreciar o percurso que fosse menos

íngreme, as ruas foram surgindo nos fundos dos vales, ao longo das cumeadas e nas meias encostas.

Em 1720, Vila Rica se torna a sede da província de Minas Gerais, após ser desmembrada da Capitania de São Paulo. Ao poucos, o modesto aglomerado disforme foi dando lugar a um conjunto urbano de belas construções executadas com maior rigor arquitetônico e cuidadoso detalhamento. Ainda nesse período, muitos comerciantes experimentaram uma rápida ascensão social e contribuíram para o adensamento urbano, com a expansão de novas vias, a construção de sobrados suntuosos, igrejas e obras públicas.

O crescimento vertiginoso da população e o adensamento de edificações nos arraiais na primeira década do século XVIII demonstravam o delineamento de uma paisagem tipicamente urbana que, aos poucos, se espalhava dos vales para as encostas das montanhas, acompanhando a atividade mineratória [...] os primeiros esboços de uma intensa vida urbana, jamais vista na colônia, até então, foi propiciada pelo desenvolvimento da atividade comercial, da prática religiosa e de outras atividades acessórias urbanas que marcaram o cotidiano dos moradores dos arraiais da mineração (CIFELLI, 2005, p. 123).

As edificações religiosas e institucionais foram se instalando onde o comércio era mais concentrado. Essas construções estavam diretamente relacionadas ao enriquecimento decorrido do comércio e da mineração. Assim, a

arquitetura doméstica, destinada a uma classe mais abastada, tinha por objetivo destacar a importância de seus proprietários diante da sociedade que procurava ostentar suas riquezas por meio da qualidade estética e funcional das construções residenciais. Do mesmo modo, as Irmandades disputavam a melhor qualidade construtiva para as edificações religiosas, contratando os melhores construtores e artífices. A administração da colônia, por sua vez, contribuía com obras públicas de pavimentação, construção de pontes e chafarizes.

A forte relação entre o Estado e a Igreja interferia significativamente na organização do espaço urbano colonial, expressando o poder e a influência na organização da sociedade para a manutenção da ordem vigente. Os templos religiosos e os imóveis da administração colonial sempre assumiram espaços privilegiados na geografia da antiga Vila Rica. Em meio a uma topografia acidentada, esses imóveis foram assentados em pontos mais elevados ou de meia encosta, onde era possível encontrar áreas de fácil nivelamento. Esses platôs receberam imponentes construções que realçaram a interferência religiosa e política na organização urbana e na vida dos habitantes locais (Fig. 2 e 3).

O Morro de Santa Quitéria, onde está instalada a atual Praça Tiradentes, é uma demonstração nítida do assentamento de equipamentos públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu da Inconfidência) em frente ao Palá-

cio do Governador da Província (que atualmente pertence à Universidade Federal de Ouro Preto). Naquele tempo, a “Igreja, ligada ao Estado, era um instrumento de urbanização em face de uma política genérica e evasiva da Coroa, em relação ao planejamento, construção ou ordenamento das cidades coloniais” (LEMOS 1999, p. 37). A influência da Igreja na organização urbana das cidades mineiras do século XVIII é comparada a exemplos ocorridos nas cidades medievais europeias, quando a edificação dos templos religiosos se beneficia de localização privilegiada no espaço urbano (LE GOFF, 1992).

No último quarto do século XVIII, Vila Rica começa a dar sinais de falência econômica com o esgotamento do ouro. Apesar disso, a Coroa portuguesa forçava uma tributação excessiva e a insatisfação por parte de grupos da sociedade mineradora tornava-se cada vez maior, culminando na Inconfidência Mineira, quando os rebeldes foram descobertos e punidos. Essa demonstração de patriotismo, no entanto, não foi em vão, pois semeou a reação a Portugal que culminou com a Independência do Brasil.

A chegada do século XIX marcou o forte crescimento da economia cafeeira no oeste paulista e na região do Vale do Paraíba, levando a antiga região aurífera a deixar de ser a referência econômica no Império, embora continuasse politicamente ativa. Com a Independência, em 1822, Vila Rica é elevada à condição de Cidade Imperial de Ouro Preto.

Mesmo com a proclamação da República, em 1889, Ouro Preto ainda permaneceu como capital de Minas Gerais, até Belo Horizonte ser inaugurada, em 1897, para assumir essa função. Com a mudança da sede do governo estadual, no entanto, uma drástica retração demográfica foi inevitável.

Somente a partir da década de 1920 foi que as práticas de conservação do patrimônio histórico, constituído pelas edificações e seus bens artísticos integrados, começaram a ganhar força. A preservação dos conjuntos arquitetônicos e artísticos das cidades mineradoras só se viabilizou, de fato, após a visita dos intelectuais modernistas Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Tarsila do Amaral a Minas Gerais, em 1923. Viviam-se os reflexos da Semana da Arte Moderna, que buscava valorizar a arte e o artista nacional. O barroco ouro-pretano passou a ser reconhecido como arte brasileira autêntica e o escultor e arquiteto Aleijadinho celebrado como sua maior figura. Os esforços propagados por esses intelectuais na defesa do patrimônio arquitetônico e artístico só alcançaram seus objetivos alguns anos mais tarde, em 1937, já no governo de Getúlio Vargas, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (atual IPHAN). Ouro Preto passaria, desde então, a contar com uma legislação e um corpo técnico que assegurava a defesa de seu patrimônio histórico. A partir daí, o Estado começou a organizar uma política de preservação e documentação do acervo cultural das cidades mineradoras

e reconheceu a necessidade de proteger a história expressa fisicamente em seus monumentos.

No ano de 1931, a antiga capital de Minas Gerais já havia sido objeto de uma legislação especial, assinada pelo então prefeito João Batista Ferreira Velloso, que proibiu qualquer tipo de alteração nas fachadas do centro histórico. Dois anos mais tarde, em 1933, a cidade foi elevada a Monumento Nacional e, cinco anos depois, registrada no Livro de Tombo do SPHAN. A preservação do patrimônio construído durante o período áureo da mineração e da documentação que fazia referencia às histórias vividas pela sociedade ouro-pretana, associado às tristes lembranças da escravidão, acabou despertando uma curiosidade internacional pela cidade. Em setembro de 1980, na quarta sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada em Paris, Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade.

Considerada obsoleta, atrasada e decadente logo após perder a centralidade política e administrativa de Minas Gerais, Ouro Preto ressurgiu décadas mais tarde com os impactos da modernidade, sem perder a aura do passado. O progresso industrial do sudeste brasileiro e a necessidade da implantação de áreas industriais na região fizeram a cidade experimentar um novo crescimento demográfico e uma expansão urbana para além do centro histórico tombado (CUNHA, 2014, p. 41).

Depois que a cidade recebeu esse título, houve uma supervalorização imobiliária dos terrenos e das construções, especialmente na região do centro histórico. O crescimento das atividades turísticas foi acompanhado do processo de refuncionalização do patrimônio tombado da cidade, quando antigos edifícios e casarões residenciais passaram a abrigar atividades comerciais como restaurantes, pousadas, hotéis, padarias, lanchonetes, bares, *ateliers* e lojas de artesanato. Assim, grande parcela da população local foi “forçada” a deixar o centro histórico da cidade para dar espaço aos novos tipos de comércio que visava atender, sobretudo, aos turistas. O crescimento desordenado de novos bairros, por sua vez, passou a exercer um grande im-



Figura 3 - Vista parcial, a partir do mesmo local da Figura 2. Fonte: Carlos Dias,

pacto na paisagem ouro-pretana. A abertura de novos loteamentos, o adensamento das áreas de risco, a ocupação de espaços públicos e o impacto direto sobre as áreas verdes promoveram uma nítida descaracterização da ambiência urbana que abriga o patrimônio tombado pelo IPHAN e pela UNESCO (Figura 3).

Apesar das alterações ocorridas no aspecto geral do conjunto arquitetônico e urbanístico, as atividades de preservação conduzidas pelo IPHAN conseguiram manter um importante trabalho de preservação da estrutura colonial. Pressionada por um sistema de interesses distintos, no qual se sobressaem, primeiramente, o interesse pelo capital, a cidade resiste ao paradoxo entre a conservação do seu patrimônio, o expansionismo comercial, a geração de empregos, a gentrificação do centro histórico e a periferização da população mais humilde. Por isso, a Ouro Preto de hoje merece olhares mais cuidadosos, estudos mais sistematizados e novas leituras que permitam compreensões dialéticas a partir de outras percepções.

Patrimônio Cultural: A expressão da memória social ao longo da história

O reconhecimento do patrimônio cultural se estabelece pela identificação dos seus significados. A percepção da carga simbólica contida em cada patrimônio auxilia a desvendar o significado histórico-social deste patrimônio. [...] E é esta memória que impele a ver

o passado e a inventar o patrimônio dentro dos limites possíveis estabelecidos pelo conhecimento (MONASTIRSKY, 2009, p.324).

A memória, enquanto fenômeno coletivo permite promover a relação entre membros de um mesmo grupo a partir de uma ideia de continuidade e de manutenção da identidade. De acordo com Peralta (2007), a memória e a identidade de uma determinada sociedade coexistem nas peculiaridades do passado dessa coletividade e pela manutenção de símbolos que permitem identificar os diversos grupos que dela participam. Para Arantes (1984), o valor simbólico de um objeto é decorrente da importância adquirida pela memória coletiva e pressupõe a necessidade de preservação de algo que é representativo para muitos.

O patrimônio cultural se constrói por meio da memória e da identidade cultural de um determinado grupo social, reproduzidos ao longo da história. As relações construídas no passado, representadas em manifestações como o folclore, as festas típicas, os modos de fazer e criar, no tipo de comércio, nos contornos urbanos e nas formas de sua arquitetura, são utilizadas como instrumentos de composição cultural, contribuindo para ampliar a dimensão do que se chama de patrimônio.

O conceito de patrimônio cultural tem sido cada vez mais valorizado e estudado por profissionais que buscam compreender o motivo da atração de diversas pessoas pela

herança de outros povos. Isso se justifica pela curiosidade natural por outras culturas e por outros modelos de vida. De acordo com Barreto (2000), a ideia de patrimônio cultural teve início no século XIX com o propósito de:

[...] criar referenciais comuns a todos que habitavam o mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de costumes nacionais, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais (BARRETO, 2000, p.16).

Para Caldeira (2014, p.131), “a curiosidade e o encantamento por outros ambientes, que se diferenciam do lugar habitual, despertam o interesse de muitos e fazem com que se sintam impelidos a viajar”.

A definição de patrimônio histórico encontra-se também associada ao conceito de monumento (BRUSADIN; SILVA, 2012), pois, quando um bem material, cujo valor é reconhecido por uma coletividade, passa a ter importância enquanto herança, isso faz com que ele adquira uma relação indissociável entre memória social e identidade cultural.

A Carta de Atenas, elaborada em 1931, foi uma das primeiras manifestações de caráter coletivo em que se definiram propostas voltadas à preservação dos bens patrimoniais. A partir de então, em outros congressos e seminários entre profissionais da área, geraram conceitos que permitiram uma evolução nesse sentido, como a Carta de Veneza, de

1964, em que se lê:

A noção de monumento histórico compreende a criação isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (CARTA DE VENEZA, Art. 1 °, 1964).

Em novembro de 1972, na cidade de Paris, a UNESCO organizou uma convenção referente à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Em sentido amplo, a definição de “Patrimônio Cultural e Natural” passou a ser estabelecida como:

Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, Artigo

1 °, 1972).

Dentre os estudiosos que se prestam a analisar o patrimônio na contemporaneidade, destaca-se Paes (2009), que interpreta o sentido do patrimônio remetendo à história socio-cultural e a uma análise técnica e política:

[O patrimônio é] cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou intangíveis, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas (PAES, 2009, p. 163-164).

As ideias de pertencimento e valor da expressão social sobre o território conduzem ao raciocínio e à obrigação de se conservar os bens como forma de se manter uma história que não mais se reproduz. O tombamento de um bem patrimonial passa, portanto, pela ideia de sua conservação para as gerações futuras e também ressalta o caráter legal e técnico para essa conduta, culminando em diretrizes e normas que regulamentam a patrimonialização dos bens no espaço geográfico.

Desse modo, as cartas patrimoniais são constituídas por uma coleção de princípios que traduzem as diretrizes e os

critérios a serem utilizados na conservação e proteção do patrimônio histórico e cultural. Observa-se que o conceito de patrimônio cultural evoluiu e se adaptou conforme o contexto histórico e os conceitos acadêmicos. Para se compreender o seu significado, deve-se rejeitar a ideia mercantil e puramente turística a que é sempre relacionado e entendê-lo de forma mítica, resultante da interação entre o ser humano e sua ambiência. O patrimônio só pode ser analisado em seu contexto cultural, no qual cada monumento revela uma história e permite compreender o passado vivido naquele espaço.

É importante não apenas apreciar e conhecer visualmente o patrimônio, mas sim apreendê-lo enquanto instrumento de identidade, de memória e de reconhecimento. Reconhecer e associar a própria história à história da sociedade por meio do patrimônio cultural é um exercício de cidadania (BURDA; MONASTIRSKY, 2011, p. 122).

A partir das definições dadas acima, fica evidente que *o patrimônio cultural decorre da compreensão da dinâmica temporal conferida ao espaço geográfico*, que é historicamente construído e deve ser analisado funcionalmente e simbolicamente a partir de vários elementos, por meio de uma relação íntima entre o passado e o presente. A definição de patrimônio cultural surgiu, portanto, ao longo da história, pela necessidade de se preservar aquilo que foi marcado pela história social e pelas rápidas mudanças

impostas pelo presente.

O Patrimônio cultural de Ouro Preto

No Brasil, a necessidade de preservar o patrimônio histórico nacional ganhou força no século XX, a partir da visita dos intelectuais modernistas a Ouro Preto, em 1923, quando eles perceberam nas cidades barrocas de Minas Gerais a identidade da nação brasileira, o que deu início às discussões e reivindicações para a preservação daquele patrimônio cultural. Após a visita desse grupo de intelectuais à Ouro Preto, foram definidas as formas de atuação, por parte do Estado, que resultou na elevação do seu conjunto urbano à condição de Monumento Nacional, em 1933.

Esse reconhecimento representou um novo momento para a história da antiga capital mineira, que se encontrava estagnada desde a transferência da sede do governo mineiro para Belo Horizonte. Foi, também, uma forma de se reconstruir simbolicamente a sua história, conferindo-lhe prestígio no contexto nacional.

As características particulares do acervo arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto e sua forte relação com a história de Minas e do Brasil atraíram para a cidade vários artistas e intelectuais, que passaram a lhe conceder referências elogiosas, tais como Mario de Andrade e Afonso Arinos. A presença anterior dos modernistas e de seus inúmeros trabalhos, com foco na cidade, conferiu à Ouro Preto uma importância fundamental no



Figura 4 - Vista da descida da Rua das Flores, em 1946. Fonte: Luiz Fontana,

processo de sua construção como relíquia da nação e na formulação dos discursos sobre a preservação do patrimônio no Brasil (CUNHA, 2014, p. 61).

Logo após a criação do SPHAN, em 1938, Ouro Preto teve seu conjunto arquitetônico e urbanístico elevado à condição de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Fig. 4). A partir da inscrição nos Livros do Tombo, Ouro Preto deixava a condição de “cidade esquecida” e passava a atrair dezenas de visitantes curiosos pelo seu barroco colonial. Mais do que isso, a cidade passou a atrair também novos habitantes, empenhados em gerar renda por meio do turismo. O crescimento demográfico e a presença cada vez mais intensa de visitantes configuraram, no entanto, uma relação conflituosa entre preservação patrimonial e desenvolvim-

ento urbano e econômico (CIFELLI, 2005).

As rápidas transformações urbanas, acentuadas a partir da década de 1960, alertaram os órgãos públicos sobre a necessidade de se desenvolverem planos para a proteção do patrimônio cultural de Ouro Preto.

Em 1966 e 1967 ocorreram duas visitas do perito Michel Parent, cujo relatório publicado pela UNESCO, em 1968, se remete à cooperação entre o IPHAN e a organização, no sentido da prática e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico (LEAL, 2008).

Na década de 1970, o processo de crescimento de Ouro Preto tem continuidade, tornando-se alarmante e inegável para os responsáveis por sua preservação, o que, somado à apologia do planejamento, estimulou o Patrimônio a dar os primeiros passos visando à formulação de planos para os centros históricos (MOTTA, 1987, p.118).

Muitas iniciativas de planejamento para Ouro Preto foram realizadas a partir de então. Dentre as principais, destaca-se o Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana, elaborado por meio de um convênio assinado pelo governo federal, estadual e as prefeituras de ambos os municípios. O plano de conservação foi realizado entre os anos de 1973 e 1975, pela Fundação João Pinheiro, e tornou-se a principal tentativa de se implantar em

Ouro Preto e em Mariana um planejamento voltado para a preservação do patrimônio cultural, associado ao desenvolvimento econômico e social.

O Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana avançava ao tratar a preservação do patrimônio numa perspectiva que ia além do seu acervo físico, mas como uma forma de melhoria das condições de vida das populações locais. Ele pode ser encarado como um retrato de sua época. Não só pelo fato de trazer um rico diagnóstico sobre os dois municípios, mas também por se tratar de um produto que carrega em seu bojo a concepção de planejamento urbano compreensivo e de viés tecnocrático, vigente na década de 1970 (TEIXEIRA; MORAES, 2013, p.14).

204

A preocupação pelo conjunto arquitetônico e cultural de Ouro Preto culminou com o seu legítimo reconhecimento mundial, em 1980, por meio da elevação da cidade a Patrimônio Cultural da Humanidade, pela UNESCO, tornando-se o primeiro sítio brasileiro a conquistar esse título. Entre os dez critérios para avaliar a importância dos sítios históricos, a cidade foi escolhida por dois deles: representar uma obra prima do gênio criativo humano e por se manter como um testemunho único e excepcional da tradição cultural de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido (UNESCO, 1980).

Todavia, mesmo com o reconhecimento em nível internacional, os órgãos responsáveis pela preservação do pat-



Figura 5 - A mesma vista da Figura 4, em 2013. Fonte: Carlos Dias, 2013.

rimônio e os poderes públicos não impediram que o patrimônio ouro-pretano fosse agredido. O crescimento das atividades turísticas, a expansão urbana e a intensa ocupação irregular de áreas de risco e de áreas verdes continuaram a ameaçar a descaracterizar o conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade. Além disso, problemas referentes ao trânsito de veículos de grande porte no centro histórico e de infraestrutura sanitária precária também prejudicaram as ações preservacionistas na cidade (Fig. 5). Por isso, em 2003, Ouro Preto passou a compor a lista de patrimônio em risco da UNESCO, sendo advertida da possibilidade de perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade (CIFELLI, 2005).

Atualmente, o grande desafio do IPHAN é conciliar a ex-

pansão urbana da cidade com os seus possíveis impactos sobre os bens tombados. O IPHAN atua, sobretudo, no difícil papel de orientar os proprietários que desejam executar projetos de construção, reforma ou ampliação nas áreas protegidas por tombamento, algo que tem sido tratado de modo bastante complexo pelo próprio Instituto. As intervenções devem ser feitas de acordo com diretrizes determinadas pelo órgão, que se vale de critérios definidos pela legislação vigente e que incluem regras, normas e diretrizes em escalas diversas, entre as quais o volume da construção, o equilíbrio entre o número de vãos e as vedações, a altura de telhados e a taxa de ocupação do terreno (IPHAN, 2007).

Ouro Preto passa a representar um lugar onde uma memória histórica teria se preservado, um “lugar de memória”; sua imagem de cidade colonial serve ao presente como um atestado dos feitos passados que refletem os valores constitutivos da identidade mineira e brasileira. Essa identidade está resguardada da ação destrutiva do tempo nos vestígios que lhe foram resistentes; tais vestígios somente resistem porque provêm de uma origem que é tida como pura e incorruptível. Assim, a identidade de um povo, de uma nação, não sofre os abalos do tempo porque enraíza-se num ponto de origem inviolável. A identidade funda-se nessa ideia de uma origem alheia às transformações do devir; um lócus de valores puros que delineiam o caráter de uma nação. O mito de origem é um dos principais pressupostos que irá orientar a busca do valor histórico intrínse-

co nos objetos do passado (NATAL, 2006, p. 9).

Certamente, a necessidade de se preservar um complexo histórico, arquitetônico e urbanístico dessa grandeza vai muito além de resguardar antigas materialidades que remontam a um passado marcado pela riqueza do ouro e pela consternação da escravidão. Preservar também significa fixar as memórias e as manifestações identitárias marcadas de diferentes maneiras sobre seu território. O antigo se torna, pois, o lugar da memória que sobrevive no presente às abruptas transformações decorrentes da sociedade industrial e da velocidade trazida pelas novas tecnologias.

Refuncionalização: os reflexos a partir da atividade turística

O turismo cultural tem se tornado, nas últimas décadas, uma realidade para muitos municípios que buscam se desenvolver economicamente. A valorização de vários tipos de manifestações culturais, entre as quais o folclore e o artesanato, têm provocado profundas mudanças na organização de muitas cidades, gerando ganho para a população e, ao mesmo tempo, alterando os significados relacionados à memória social do lugar (SCHNEIDER, 2006).

Na cidade de Ouro Preto, a atividade turística é atraída pelo grandioso acervo patrimonial formado por monumentos religiosos e civis, entre os quais se encontram as igrejas, capelas, sobrados, casario térreo, vias calçadas em pedra,

chafarizes e pontes. Além disso, os museus da cidade abrigam bens artísticos do período barroco e constituem grande parte da memória e da cultura local, além de representarem um importante papel na história e na tradição brasileira. Tamanha importância fez do turismo cultural uma realidade para Ouro Preto, a partir da década de 1960.

Costa (2008, p.4) confirma o interesse do mercado pelas cidades históricas quando evidencia:

O espaço geográfico construído historicamente torna-se matéria-prima para diversas atividades sociais, dentre elas a prática do turismo, que se apropria de um patrimônio histórico, artístico e cultural, como ocorre em São João Del Rey, Tiradentes, Ouro Preto, Diamantina, Salvador, Recife etc., promovendo uma nova lógica de organização socioespacial, voltada para a realização da atividade turística, de forma a responder a demandas externas ao lugar que se subordina aos interesses do mercado e dos agentes hegemônicos (COSTA, 2008).

O crescimento do turismo trouxe mudanças na vida cotidiana da cidade. Dentre as principais alterações, destaca-se o processo de refuncionalização que implicou em fortes mudanças no uso original de alguns imóveis e mesmo de áreas do centro histórico. Muitas habitações foram transformadas em hotéis e em estabelecimentos comerciais, alterando as características, tanto das relações dos indivíduos com o espaço urbano, como os costumes da população. Essas transformações se constituíram, portanto, como uma nova



Figura 6 - A mesma vista da Figura 4, em 2013. Fonte: Carlos Dias, 2013.

relação entre a população local e o turismo, configurando-se como uma situação dialética, pois, como afirma Castriota (2009, p. 147): “Se, por um lado, (o turismo) lucra com o fluxo de visitantes, por outro, condena o uso transgressor que aquele público faz dos seus lugares tradicionais”.

Paes-Luchiari (2006) aponta para o interesse do capital pelas cidades históricas, a partir do processo de refuncionalização, afirmando que:

[...] ao se apropriarem das formas que encerram longos processos de representação social, provocam rupturas na identidade coletiva local e subvertem o caráter público desses bens históricos. Como exemplo podemos

citar os projetos de revitalização dos centros históricos de muitas capitais, [...] onde as populações locais mais pobres foram desapropriadas de suas antigas territorialidades para dar lugar a centros culturais, restaurantes, bares, cafés, shoppings, hotéis, casas de espetáculos, lojas de souvenirs, ateliês, acessíveis apenas às populações de alto poder aquisitivo (PAES-LUCHIARI, 2006, p.43).

A supervalorização dos bens tombados e de sua ambiência trouxe mudanças nas porções periféricas da cidade de Ouro Preto (Fig. 6).

O notório processo de segregação socioespacial tornou-se uma consequência certa da refuncionalização e do aumento significativo de empreendimentos comerciais que visam atender aos turistas. Logo, foi inevitável o deslocamento da população de menor poder econômico para áreas periféricas aos centros históricos. A consequência foi o forte adensamento de áreas de risco e o impacto direto sobre os recursos naturais, que também fazem parte da paisagem urbana tombada.

O processo de refuncionalização do patrimônio cultural, uma tendência de ações descompromissadas com o passado e com o lugar, propicia a expulsão da população residente destes espaços turísticos, seja através da intensificação da especulação imobiliária que impossibilita a permanência das famílias de baixa renda nestes espaços centrais, seja através da intensa banalização

pela cenarização estimulada pelos agentes do capital, que redundam no estabelecimento de lugares inacessíveis ao residente e no esquecimento das práticas culturais locais (COSTA, 2008, p. 69).

As recentes paisagens urbanas se tornam a expressão maior do capitalismo turístico, impondo novas organizações à estrutura social no território. Essas novas configurações da paisagem, por sua vez, nos levam a certo aprimoramento ou embelezamento do patrimônio edificado, embora não fiquem visíveis os reflexos da gentrificação ocorrida naquele espaço urbano. Assim, os centros históricos refuncionalizados representam a dinamização da atividade turística e a elitização do patrimônio histórico, implicando no enriquecimento estratégico a partir da reincorporação de áreas degradadas, da segregação socioespacial e da criação de novas territorialidades.

Considerações finais

Ouro Preto é considerado um dos principais conjuntos arquitetônicos e urbanísticos do Brasil pela sua importante história, pelo valor simbólico relacionado à memória do período colonial e pelo seu patrimônio conservado. A análise de novas configurações e transformações na paisagem urbana representa uma oportunidade de se estabelecer novos olhares, por meio dos quais se pode identificar comportamentos contemporâneos associados a uma

antiga estrutura urbana. Essas transformações possibilitam reflexões acerca do conceito de patrimônio cultural, ampliando a importância da relação existente entre a memória social e a herança cultural expressa no território. Nesse sentido, este estudo evidenciou, sob uma perspectiva geográfica e cultural, o papel das intervenções que alteram o uso e a função original dos imóveis pertencentes ao conjunto.

Trata-se de uma consequência da dinâmica comercial exigida pelo capitalismo global, propondo interações entre o patrimônio cultural e a crescente atividade turística. Assim, este trabalho analisou os reflexos das atividades relacionadas ao turismo, a sua dinâmica de apropriação territorial e o processo de refuncionalização do patrimônio cultural, adaptado para atender aos interesses do mercado.

O reconhecimento de Ouro Preto como a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade fez dela uma cidade prestigiada. A valorização dos seus bens patrimoniais, como símbolos da história e da identidade nacional, provocou o interesse da especulação empresarial, que atuou sobre o território, o espaço e a paisagem, conferindo-lhes uma nova dinâmica econômica.

A atividade turística, embora tenha ampliado novas oportunidades de renda e impulsionado a geração de empregos diretos, refletiu-se, também, em impactos negativos quanto à descaracterização da paisagem no entorno da área tombada. A supervalorização imobiliária dos terrenos e das

construções no centro histórico de Ouro Preto, bem como o intenso processo de refuncionalização do patrimônio tombado, forçaram a saída dos habitantes mais humildes para a periferia da cidade.

Desse modo, o crescimento desordenado de novos bairros também representou uma mudança na paisagem de Ouro Preto. A abertura de novos loteamentos, o adensamento das áreas de risco, a ocupação de espaços públicos e o impacto direto sobre as áreas verdes promoveram uma nítida descaracterização na ambiência do conjunto arquitetônico, ameaçando a perda do título de Patrimônio Cultural da Humanidade conferido pela UNESCO.

Deve-se, portanto, buscar um equilíbrio coerente quanto ao uso e à função social do patrimônio construído, que deve ser mantido como um direito social a ser apropriado de forma coletiva e, ao mesmo tempo, exercer as funções que atendem diretamente ao público turista. Para isso, é necessária uma maior participação da sociedade civil na idealização e na gestão do turismo, de modo que parte das receitas geradas por essa atividade seja utilizada pelo poder público para garantir, não só a preservação do patrimônio, mas, também, os interesses sociais da população.

Referências

- ARANTES, Otília. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000. P. 226.
- BARRETO, Margarita et. al. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas. Papirus. 2003.
- BRUSADIN, Leandro; SILVA, Rafael Henrique. **O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto**. Cultura / Ano 6 -Nº 01 - Fev (2012).
- BURDA, Naomi Anaue; MONASTIRSKY Leonel Brizolla. **Perspectiva geográfica sobre o patrimônio arquitetônico da cidade da Lapa, PR**. Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 3, n. 1, p. 115-123, jan./jun. 2011.
- CALDEIRA, A. B. Cultura e Turismo. In: Raphael de Carvalho Aranha, Antônio José Guerra. (Org.). **Geografia aplicada ao turismo**. 1ed. São Paulo: Oficina de textos, 2014, v., p. 131-156.
- CARTA DE VENEZA. **II Congresso Internacional dos Architectos e Técnicos dos Monumentos Históricos**, Veneza, 1964. Adoptada pelo ICOMOS, em 1965.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- COSTA, Everaldo Batista da. **Refuncionalização de patrimônio cultural e a nova racionalidade da organização sócio espacial em núcleos urbanos tombados**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, v. 6, n. 2, p.53-73, 2008.
- CUNHA, Victor Lacerda da. **A refuncionalização do patrimônio cultural e a mercantilização urbana a partir das atividades turísticas: um estudo de caso sobre o centro histórico de Ouro Preto/MG** (2014, p. 61). Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação espacial, Pontifícia Universidade católica de Minas Gerais, 2014.
- LE GOFF, Jacques. **Memória, História e memória**. São Paulo: Editora

da UNICAMP, 1996.

LEAL, Claudia F. Baeta (org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

LEMONS, C. S.; JULIÃO, L.; ANASTASIA, C. M. J. **Dos Bandeirantes aos modernistas**: um estudo histórico sobre Vila Rica. Oficina do Inconfidência: revista de trabalho. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, 1999, Ano 1, V. 0, dez 1999, p. 17-132.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. **Espaço Urbano**: memória social e patrimônio cultural. Revista Terra Plural, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 323-334, jul./dez. 2009.

MONTE-MOR, Roberto Luís de Melo. **Gênese e estrutura da cidade mineradora**. Cedeplar, UFMG, 2001.

MOTTA, L. 1987. **A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, p. 108-122.

NATAL, Caion Meneguello. **Ouro Preto e as primeiras representações da cidade histórica**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional De História – Londrina, 2006

Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. UNESCO, 1973.

PAES, M. T. D. "Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico". In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de base comunitária** – diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem; Ministério do Turismo, 2009. p. 162-176.

PAES, M. T. D. **A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades**. Revista GEOUSP – Espaço e Tempo, nº 17, 2005, pp. 95-105.

PAES-LUCHIARI, M.T.D. (2006a). **Patrimônio cultural**: uso público e privatização do espaço urbano. (pp. 47-60) Revista GEOGRAFIA, AG-

ETEO/UNEP, Vol. 31, N. 01, Jan./Abril, Rio Claro, S.P.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social:** uma resenha crítica. In: Arquivos da memória, Antropologia, Escola e Memória: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa n. 2, 2007.

RABHA, Nina Maria de Carvalho e. **Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro.** Revista Rio de Janeiro, v. 1, n. 1. Niterói, UFF, 1985. P. 39.

SALES, Fritz Teixeira de. **Vila Rica do Pilar:** um roteiro de Ouro Preto. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, 1965.

SCHNEIDER, S. Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. In: **Diálogos do Turismo:** Uma viagem de inclusão. Brasília, Ministério do Turismo, 2006.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos; MORAES, Fernanda Borges de. **Plano de conservação, valorização e desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana e suas inter-relações com a história do planejamento urbano e regional no Brasil.** In: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 15-18 Out., Porto Alegre, RS. 2013.

